

DUTRA, Luiz Henrique de A. *Epistemologia da Aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000, 136pp. (Coleção o que você precisa aprender sobre...)

Como reconhece o próprio autor, o livro é, apesar do título, na verdade uma introdução à teoria do conhecimento. Contudo, ao invés de contentar-se em apenas recapitular posições conhecidas com respeito à epistemologia, o autor ainda avança uma própria, original, que é dos pontos interessantes do livro.

O texto divide-se em seis capítulos, um deles uma introdução geral ao tema. No que segue, comentarei brevemente cada um deles.

0. Introdução

O capítulo introdutório inicia tentando fazer algum tipo de ponte entre o título da obra, e o material que segue. Neste capítulo são considerados temas como “educação e profissão”, e “conhecimento e aprendizagem”. Nele o autor já se posiciona contra uma concepção tradicional de que a epistemologia (“o que aprender”) e a psicologia (“como aprender”) antecedam a aprendizagem, defendendo que a ordem inversa também deve ser considerada, visto que, por exemplo, a aprendizagem modifica os conteúdos aprendidos. A concepção tradicional a respeito de conhecimento e aprendizagem seria fruto de uma separação radical entre saber *que* e saber *como*: separação injustificada, no entender do autor.

Ainda neste capítulo, o autor reconhece a influência em sua obra de autores como Dewey, Skinner, Quine, Kuhn, e Ryle, e enuncia que o papel central em sua concepção epistemológica é desempenhado pela investigação. (Leitores que conheçam textos anteriores do autor a esta altura já imaginam que, a qualquer momento, a expressão “pragmática da investigação” será usada. Mas não tão cedo.) O capítulo finaliza com a idéia de que a teoria do conhecimento é, ou deve ser, ao mesmo tempo uma teoria da investigação e uma teoria da aprendizagem.

1. O retrato da natureza

O capítulo inicia considerando a idéia de conhecimento como representação, brevemente mencionando Platão e Aristóteles, mas detendo-se nos autores modernos, como Descartes e Kant, que são aqueles

que, propriamente falando, inventaram a epistemologia. A primeira seção deste capítulo apresenta Descartes ao leitor, fazendo, entre outras coisas, uma reconstrução do argumento cartesiano nas *Meditações*. Após uma rápida passada por Locke, esta seção termina considerando o problema colocado por Hume para o projeto de fundamentar seguramente o conhecimento.

A segunda seção, intitulada “crenças verdadeiras e justificadas”, inicia, assim, com uma apreciação da tentativa kantiana de superar o desafio de Hume, e passa a uma caracterização do projeto tradicional, fundacionalista, da epistemologia, que procura não apenas por fundamentos indubitáveis para o conhecimento humano, mas também defende a idéia de que conhecimento consiste em crenças, verdadeiras e justificadas. Como sabemos, tal definição sofreu a crítica formulada por Gettier, e o autor discute então alguns exemplos desse tipo.

Na terceira seção, “conhecer e interferir”, o autor examina as distinções entre contexto de descoberta e contexto de justificação, entre conhecimento e aprendizagem, entre ciência pura e tecnologia (ou ciência aplicada). O capítulo encerra argumentando contra a concepção tradicional de que primeiro conhecemos para só depois transformar o mundo. Para o autor, conhecer é um processo de transformar e interferir, e em suporte disso são discutidos os conhecidos exemplos da microfísica.

2. *Conhecimento e natureza*

A primeira seção deste capítulo, “falibilismo e coerência”, apresenta concepções epistemológicas alternativas, motivadas pelos problemas da concepção tradicional do conhecimento, como o naturalismo e o coerentismo. Esta seção dedica-se a uma apresentação mais detalhada do coerentismo — sem contudo esquecer de mencionar autores como Carnap, ainda motivado pela concepção tradicional, e Popper, que, apesar de falibista, não seria um coerentista. A segunda seção, “epistemologia e psicologia”, examina então concepções naturalistas, com destaque para a obra de Quine. É ainda nesta seção que os vários behaviorismos são introduzidos no livro. A terceira e última seção do capítulo considera outros naturalismos, como o de Goldman, e é introduzida a distinção, feita por Hacking, entre naturalismo de teses

e naturalismo de atitude. O autor visivelmente inclina-se por esta segunda alternativa, e encerra o capítulo mencionando que um dos grandes resultados do naturalismo foi o ter feito uma reunificação entre conhecer e aprender.

3. *Conhecimento e mente*

O terceiro capítulo ocupa-se da discussão em torno da natureza da mente humana. A primeira seção examina o dualismo tradicional e suas ligações com o projeto epistemológico tradicional, centrando-se em particular nos problemas do dualismo. A seção a seguir, "fiscalismo e outros monismos", ocupa-se de alternativas ao dualismo, visto que o autor sustenta que as alternativas epistemológicas à teoria do conhecimento tradicional só podem avançar se partirem de uma outra concepção do mental. Após o exame de alguns monismos e do fiscalismo, e de terem sido estes considerados insatisfatórios, o autor lança-se, na terceira seção do capítulo, "behaviorismos", a uma apresentação e, em grande medida, defesa, do behaviorismo radical de Skinner.

É curioso observar que a quarta seção, intitulada "falar e compreender", inicia mencionando que a linguagem é um dos pontos sobre os quais os behavioristas mais foram criticados, especialmente por Chomsky e Fodor. Mas, diz o autor, não vamos tomar em consideração tais argumentos, mas sim o argumento da sala chinesa de John Searle — o qual, segundo o autor, pode ser tomado como em favor do behaviorismo! A seção continua discutindo concepções mentalistas, e termina endossando, nada surpreendentemente, uma posição behaviorista.

4. *A atividade científica*

Este capítulo dedica-se mais especificamente a temas de filosofia da ciência. A primeira seção inicia apresentando a filosofia da ciência tradicional — restrita a uma epistemologia da ciência, ou seja, preocupada apenas com questões no contexto da justificação. Temas ligados ao contexto da descoberta só aparecem com autores como Quine, Kuhn, e Boyd. A questão da demarcação entre conhecimento científico e outros saberes é introduzida, e o autor passa a fazer uma apresentação da concepção popperiana, seguida pela crítica de Quine a critérios falseacionistas.

A segunda seção, “comunidades científicas e paradigmas”, é, como sugere o título, dedicada à exposição das idéias de Thomas Kuhn, um dos pensadores que influenciaram o autor. Temas kuhnianos perpassam ainda a seção seguinte, “a educação do cientista”. Finalmente, na quarta e última seção, denominada “aceitar e agir”, é examinado o problema, levantado não só pela filosofia da ciência de Kuhn, mas também pela de van Fraassen, que é de saber o que queremos dizer exatamente quando dizemos que um cientista aceitou um paradigma, ou então aceitou uma teoria científica. Após considerar o ponto de vista de Kuhn, e de apresentar o de van Fraassen, o autor termina concluindo que um cientista aceita um paradigma se se comporta de acordo com certos padrões. O resultado é considerar a ciência como uma atividade e uma instituição, o que ressalta a importância de compreender o comportamento dos cientistas. Para tanto, é central examinar a investigação.

5. *Investigação e aprendizagem*

Chegamos assim ao último capítulo do livro, onde o autor, após ter feito uma exposição dos temas e concepções existentes na epistemologia, passa a avançar sua própria contribuição para a discussão epistemológica. Partindo da afirmação baconiana da existência de uma contigüidade entre ciência e técnica, as teses centrais do autor são de que o conhecimento não é contemplação, mas investigação; que a investigação é uma forma de ação; que não há como separar conhecimento e ação; que o conhecimento, como investigação, é um processo de criação e recriação de objetos. O resultado é uma epistemologia que não pode contentar-se em ser naturalizada, mas que deve ser ainda instrumentalizada. O conhecimento, enquanto conjunto de crenças, hipóteses, etc., é uma abstração da atividade investigativa. A teoria do conhecimento, portanto, não deve limitar-se a discutir o conhecimento desse modo abstrato. Mais importante, ela não deve perder de vista a *pragmática da investigação*.

Apesar de minha exígua simpatia por teses behavioristas em geral, creio que “Epistemologia da Aprendizagem” é um pequeno grande livro. O autor não apenas faz uma recapitulação dos grandes temas e questões epistemológicas, mas o faz de modo agradável e muito

didático para o não-iniciado. E, mesmo que não se concorde com suas posições, há que reconhecer o mérito de apresentar sua própria contribuição à discussão, mesmo em se tratando de um texto que pretende ser introdutório.

Cezar A. Mortari
Departamento de Filosofia
UFSC

DUTRA, L. H. de A. e MORTARI, C. A. (eds.) *Princípios: seu papel na filosofia e nas ciências*, Florianópolis, Núcleo de Epistemologia e Lógica da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, 369pp. (Coleção Rumos da Epistemologia, v. 3).

O primeiro passo para se apreciar um livro como este é entender o seu contexto. Criado em 1996, o NEL (Núcleo de Epistemologia e Lógica, da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, www.cfh.ufsc.br/~nel), tem por finalidade integrar grupos de pesquisa em lógica, teoria do conhecimento, filosofia e história da ciência e áreas correlatas. Desde então, o NEL tem se destacado pela organização de eventos que paulatinamente vão se integrando ao cenário filosófico brasileiro, bem como pela publicação de textos de caráter filosófico e histórico que refletem atividades atuais de pesquisa nestas áreas. Em especial, destaca-se o Primeiro Simpósio Internacional da revista *Principia*, Revista Internacional de Epistemologia publicada pelo NEL e pela Editora da UFSC. O livro em apreço reúne textos apresentados em tal Simpósio, realizado na cidade de Florianópolis, de 9 a 12 de Agosto de 1999, com apoio do CNPq, da CAPES e da própria UFSC. O livro é dividido em cinco seções, a saber: Lógica e Matemática, Linguística e Filosofia da Linguagem, Epistemologia e Filosofia da Ciência, Filosofia da Mente e Filosofia Moral e da Ação.

Na seção 1, há três artigos. No primeiro, intitulado "Cambio de problemas en el cuestión de los principios de la matemática" (pp. 11–29), Jorge Alberto Molina, da Universidade de Santa Cruz do Sul, defende a tese de que o desenvolvimento da filosofia da matemática seguiu o mesmo esquema que a evolução da epistemologia das ciências naturais. No contexto de seu argumento, uma breve revisão dos